

Festas, Memória e Resistência Socioambiental: História Oral na Comunidade Quilombola do Limitão, Castro – Paraná (2005–2025)

Julia Graciela Machado¹

Resumo

Esta pesquisa, em fase inicial, investiga, por meio da história oral, como a Comunidade Remanescente Quilombola do Limitão, situada na zona rural de Castro (PR), elabora e ressignifica suas festividades tradicionais — a celebração de São João Batista, a Mesada dos Anjos e a Festa de Troca de Sementes Crioulas — entre 2005 e 2025. O período corresponde às duas décadas posteriores à certificação oficial da comunidade, marcadas pela ausência de titulação fundiária, por transformações no uso da terra e pela persistência de silenciamentos históricos em torno das experiências quilombolas nos Campos Gerais.

As festas são compreendidas como espaços de resistência, transmissão de saberes e reafirmação identitária. A organização coletiva, a partilha de alimentos, a troca de sementes crioulas e a preservação de rituais religiosos articulam práticas culturais que reforçam vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento ao território. Essas ações também preservam saberes tradicionais ligados ao cultivo, à alimentação e ao manejo do ambiente, compondo um patrimônio imaterial enraizado na vida cotidiana.

A pesquisa considera as narrativas como construções corporais, afetivas e cognitivas, que registram percepções sobre mudanças sociais, transformações no território e desafios à continuidade de práticas coletivas. Ao articular memória, cultura e vínculos socioambientais, interpreta as festas como matrizes narrativas que condensam valores de solidariedade, reciprocidade e preservação de modos de vida.

O estudo busca contribuir para a compreensão de como comunidades quilombolas elaboram respostas culturais e sociais diante de contextos de pressão e mudança, ressaltando a importância da história oral para registrar e analisar as interações entre identidade, território, memória e natureza no tempo presente.

Palavras-chave

Quilombos; História Oral; Memória; Território; Resistência

¹Mestranda em História pela UEPG, bolsista CAPES.

1. Introdução e Contextualização

A história dos quilombos no Brasil é, antes de tudo, uma história da relação de sujeitos com a terra — de sua disputa, de sua significação e de sua invenção cotidiana como lugar de vida, de cultivo e de ancestralidade. Por muito tempo, a historiografia enfatizou os quilombos sobretudo como espaços de resistência à escravidão, como refúgios ou formas alternativas de organização sociopolítica diante do sistema. No entanto, pesquisas recentes vêm destacando que os quilombos são, simultaneamente, territórios ambientais, nos quais se constituem saberes tradicionais que articulam natureza e espiritualidade. Assim, compreender uma comunidade quilombola é compreender também a produção histórica de um modo de vida, sustentado por memórias ambientais, afetos e conhecimentos ancestrais.

É nessa perspectiva que se insere o presente projeto de pesquisa de mestrado, voltado a investigar como a Comunidade Remanescente Quilombola do Limitão, localizada na zona rural de Castro, Paraná, elabora sentidos sobre suas festividades tradicionais — a celebração de São João Batista, as Mesadas dos Anjos e a Festa de Troca de Sementes Crioulas — no período entre 2005 e 2025. A pesquisa propõe examinar essas festividades como matrizes de memória, identidade e produção socioambiental, analisando como, ao longo dessas duas décadas, os moradores mobilizam suas narrativas para interpretar transformações ambientais, conflitos territoriais, pressões externas e desafios contemporâneos que afetam o cotidiano comunitário.

A história oral, enquanto campo epistemológico, possibilita captar essas dimensões por meio das narrativas dos moradores. A pesquisa terá como foco entrevistas semiestruturadas com participantes das festividades, lideranças comunitárias, anciãos e jovens, buscando compreender como os narradores articulam lembranças, afetos, experiências e percepções ambientais. A história oral, como defendem Alessandro Portelli (1997) e Michael Pollak (1989), não é apenas técnica de registro, mas ferramenta teórica que permite compreender como sujeitos constroem sentidos sobre o mundo, como organizam suas experiências e como mobilizam a memória para interpretar tensões e mudanças. Assim, as narrativas não serão tratadas como documentos neutros, mas como interpretações intersubjetivas sobre a vida quilombola e seus desafios ambientais, sociais e políticos.

O ato de rememorar, seja por meio de celebrações, narrativas ou práticas, desempenha um papel central nesse processo, pois ao lembrar e recontar sua história, a comunidade reafirma sua existência, reivindica pertencimento e consolida os sentidos que dão coesão a seu modo de vida. A memorização coletiva nestes casos é possível, pois o contexto de uma memória forte

enraizada em uma tradição cultural “serve de cimento ao conjunto” para que os sujeitos “se reconhecem a si mesmos” e “adquirem sentido, valor e continuidade” (Candau, 2012, p. 46)

É significativo destacar que minha trajetória está associada ao Limitão, uma vez que parte de minha família materna ainda vive na comunidade. Eu cresci convivendo com práticas de sociabilidade como os mutirões, que mobilizavam grande parte da comunidade para colher e malhar o feijão, a colheita do milho e a moagem no pilão de madeira, as festas de São João ou as “mesadas de anjo”, que eram verdadeiros banquetes. O dia em que nós, crianças, tínhamos o direito de comer antes de “todo mundo”, tudo aquilo que para mim se configurava como uma brincadeira de criança, refletia a cooperação entre os membros da comunidade e a preservação das tradições.

É deste lugar, de completa afetividade com a comunidade, que surge a vontade de coletar as memórias dos membros da CRQ de Limitão, que construíram seus modos de vida e suas experiências nas nuances do cotidiano. Essa vontade se efetivou de forma mais concreta a partir da minha participação, como aluna especial, na disciplina “Tópicos Especiais em Memória, Narrativa e História Oral” do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Identidades (PPGH/UEPG), ministrada pelo Prof. Dr. Robson Laverdi. Por meio dessa disciplina, estabeleci meu primeiro contato mais aprofundado com as discussões sobre memória e identidades, e realizei a primeira entrevista, com o propósito exclusivo de atividade didática, a qual agora foi incorporada ao presente projeto com a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Essa primeira coleta foi realizada com minha tia materna, a irmã mais velha de minha mãe, de 70 anos. Anahir Vicente, a tia Ana, se apresenta dizendo: “sou do Limitão, agora estou aqui em Castro” (Vicente, 2025) deixando claro que sua identidade se costura com o lugar. Embora não tenha nascido ali, e sim em uma localidade vizinha chamada “Morro do Canha”, afirma que “me criei no Limitão” (Vicente, 2025) e reforça seu sentimento de pertença ao recordar: “pertencia tudo ao Limitão... só que morava pra cá do rio... mas era sempre ligado ao Limitão” (Vicente, 2025). Casou-se jovem, aos 18 anos, e foi acolhida pela família do falecido marido quilombola — “eles me ajudaram muito” — aprendendo, ali, o viver coletivo onde “todo mundo se ajudava” (Vicente, 2025). Hoje mora na cidade, mas mantém os laços que a definem: “sempre vou lá... gosto bastante de lá, gosto das pessoas” (Vicente, 2025), reafirmando que sua história permanece enraizada no lugar e nas relações que ali construiu.

Esse sentimento profundo de pertencimento ao Limitão também atravessa as lembranças que tia Ana guarda do período em que a comunidade passou pelo processo de

reconhecimento quilombola. Ela recorda a chegada do Grupo Clóvis Moura, “eles andavam por todas as casas” (Vicente, 2025), e de como aquele momento trouxe curiosidade e desconfiança ao mesmo tempo: “uns acharam bom, outros não gostaram muito... o pessoal é desconfiado” (Vicente, 2025). Ainda assim, ela destaca que conversaram com todo mundo e que, aquela entrada “fez o povo falar mais disso agora” (Vicente, 2025), marcando uma nova forma de pensar a identidade do lugar.

A certificação oficial da comunidade pela Fundação Cultural Palmares, em 2005, representa o reconhecimento estatal de sua condição quilombola; contudo, a titulação definitiva do território ainda não foi concretizada. A falta de titulação territorial é apresentada como um obstáculo significativo para as comunidades quilombolas. Sem o título, as famílias podem sofrer com a expropriação de suas terras ou a falta de garantias para permanecerem em seus territórios tradicionais. Segundo dados atualizados da Fundação Cultural Palmares (2025), existem atualmente 3.190 comunidades quilombolas certificadas no Brasil. Porém, apenas 384 dessas comunidades possuem título de propriedade emitido, conforme informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2025). Embora 1.937 processos de titulação estejam em andamento, mais de 2.800 comunidades ainda aguardam a efetivação de seus direitos territoriais. Esse cenário revela um profundo descompasso entre o reconhecimento identitário e a efetivação jurídica, comprometendo diretamente a permanência dessas populações em seus territórios, bem como o exercício pleno de suas práticas culturais, sociais e econômicas.

O caso CRQ de Limitão exemplifica de forma concreta os desafios enfrentados, a comunidade foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo em 2005, por meio da Portaria nº 37/2005 da Fundação Cultural Palmares, que certificou conjuntamente as comunidades Castro Serra do Apon, Limitão e Mamans. No entanto, desde 2006, a comunidade aguarda o andamento do processo de titulação fundiária, que ainda se encontra na fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). A morosidade nesse processo reflete um entrave recorrente enfrentado por comunidades quilombolas em todo o país, que, mesmo após o reconhecimento oficial, permanecem sem garantias jurídicas plenas sobre seus territórios.

Essa ausência tem impacto direto sobre o modo de vida, uma vez que fragiliza práticas tradicionais de cultivo, coleta, circulação de sementes e realização de celebrações. Ao mesmo tempo, o território do Limitão é atravessado por transformações no uso da terra decorrentes da

pressão do agronegócio e da intensificação da monocultura, do arrendamento de terras, da mecanização do trabalho do solo e das alterações ambientais observadas por seus moradores.

2. As Festividades: Matrizes de Memória e Resistência

As festividades do Limitão são um ponto de partida privilegiado para essa discussão. A cultura nesta perspectiva não é apenas um conjunto de práticas artísticas ou rituais isolados, mas como a totalidade do modo de vida de uma comunidade, o que inclui as relações sociais, a luta política, conhecimento ancestral, relação com o ambiente. As festividades (São João Batista, Mesadas dos Anjos e Trocas de Sementes Crioulas) são analisadas como práticas culturais vivas que não apenas representam, mas são constitutivas da identidade quilombola, pois organizam o modo de vida comunitário, constroem pertencimento e mobilizam lutas por direitos sociais. Articulando diretamente o que Williams chama de cultura como processo e não como produto concluído (Williams, 1971, p. 130), a cultura em formação no Limitão, marcada pela complexidade de sentimentos e pela necessidade de reafirmação identitária, permite analisar a tensão entre “o que mudou” e “o que permanece” na festa, expressando as estruturas de sentimento, conceito usado para explicar como práticas e sensibilidades emergentes revelam disputas, expectativas e lutas.

As festividades, especialmente em contextos quilombolas, são manifestações que ultrapassam a dimensão religiosa ou recreativa. Hebe Mattos e Martha Abreu entendem essas celebrações como um “lugar de memória para o exercício do direito de contar o passado de seu jeito e de celebrar a festa negra e a herança cultural de seus antepassados na luta contra a discriminação e o racismo”. (Mattos; Abreu, 2011, p. 15)

A festa do padroeiro da comunidade, São João Batista, articula religiosidade e celebração coletiva; as Mesadas dos Anjos enfatizam dimensões espirituais, ambientais e afetivas que estruturam laços comunitários; e a Festa de Troca de Sementes Crioulas sintetiza, de modo exemplar, a relação entre saberes agrícolas tradicionais, memória ambiental e resistência territorial. A circulação de sementes nesta última não é apenas atividade agrícola, mas reivindica o direito à preservação de memórias quilombolas a partir da reflexão sobre identidade e ambiente. Essa relação é explorada amplamente e detalhada por Funes (2013), que, ao explorar as relações quilombolas com a terra no contexto amazônico, afirma que:

Essa percepção identitária do grupo enquanto descendente se dá a partir do próprio grupo, na busca de suas raízes, dos “troncos velhos”, dos quais são os galhos, os ramos. Ramos impregnados de historicidade, de práticas culturais,

de sentimentos e de uma relação com a terra, que lhes permitem perceber-se quilombola. (Funes, 2013, p. 217-218)

Nas festividades, como as mesadas de anjo e a festa de sementes crioulas, a narrativa da tia Ana também evidencia uma percepção ambiental diretamente vinculada ao ciclo produtivo e ao equilíbrio com o território. No caso das mesadas, o gesto de agradecimento emerge da relação entre trabalho com a terra, colheita e saber tradicional — “Se for bem, a saúde, a plantação, alguma coisa... no fim da safra, eles fazem mesadas de anjo” (Vicente, 2025). Já na festa das sementes, a circulação de mudas aparece como forma coletiva e afetiva, quando ela explica que “a turma leva muda, um leva e outro traz, né? Porque daí a que você tem muito, você leva. Mas daí você traz outro, que você não tinha tanto, né?” (Vicente, 2025). Essa prática articula memória, cultivo, biodiversidade e reciprocidade, reafirmando que o ambiente não é apenas recurso, mas dimensão relacional que organiza os sentidos de comunidade.

No caso do Limitão, as festas são lugares de memória que guardam histórias, saberes e afetividades que não estão registrados em documentos oficiais e são invisibilizados na narrativa hegemônica da cidade, mas se mantêm por meio da oralidade, da experiência e da celebração. Ao investigar as festividades como matrizes narrativas, este projeto pretende reconhecer que elas constituem espaços de produção de conhecimento — inclusive conhecimento ambiental — e que desempenham papel fundamental na manutenção da identidade quilombola.

3. O Quilombo na Perspectiva Socioambiental: História Ambiental e Oralidade

Ao longo da historiografia, a definição de “quilombo” apenas relacionado a materialidade do território mostrou-se insuficiente. Clóvis Moura já advertia que bastava o “ajuntamento de negros fugidos” para que houvesse quilombo, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 1981, p. 16). Aqui, o espaço quilombola se move para além do espaço geográfico, torna-se uma cosmologia, uma comunhão fraterna, uma forma livre de viver, sentir, resistir e significar a vida individual e/ou em comunidade.

No entanto, isso não minimiza a relação com o território, pelo contrário, Antônio Bispo dos Santos — Nêgo Bispo — lembra que a centralidade territorial dos quilombos se diferencia da lógica ocidental capitalista da propriedade: “A terra não pertence às pessoas, elas é que pertencem à terra” (Santos, 2018, p. 44). O território, portanto, é parte da própria vida da

comunidade, ligado às histórias contadas, às relações que se repetem e à forma como as pessoas entendem e vivem o mundo todos os dias.

Devido à forte dependência da terra para a subsistência, as comunidades quilombolas estabelecem com ela uma relação íntima, desenvolvendo conhecimentos próprios sobre seu uso e manejo. Essa interação se dá de forma sustentável, já que sua sobrevivência está diretamente ligada à preservação dos recursos naturais. Segundo Clemilda Neto (2016), o que distingue essas comunidades de outras populações rurais e afrodescendentes é justamente a presença de uma cultura fundamentada em saberes tradicionais, herdados de seus ancestrais africanos escravizados e seus descendentes. (Neto, 2016, p.21)

Nesse sentido, o aporte da História Ambiental oferece ferramentas teóricas importantes para compreender esses processos. Funes (2013, p.218) enfatiza que é imprescindível entender que Homem e natureza formam um conjunto indissociável, interdependente, cujos comportamentos se refletem mutuamente. No caso das comunidades quilombolas, essa perspectiva exige considerar que o ambiente não é cenário, mas ator histórico; não é objeto de uso, mas elemento que participa da conformação de identidades, modos de vida e práticas culturais. Quilombos são, nesse sentido, ecossistemas históricos produzidos socialmente, espaços onde seres humanos, plantas, rios, solos e espiritualidades coexistem em arranjos simbólicos e materiais singulares. Assim, o principal objetivo da História Ambiental é aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram este e com que resultados (Funes, 2013, p. 207)

No Limitão, práticas como o cultivo de sementes crioulas, a coleta de ervas medicinais, os mutirões para manejo da terra e os rituais religiosos que envolvem o território podem ser interpretados como formas de resistência ambiental, na medida em que afirmam modelos de sustentabilidade e de reciprocidade que buscam resistir a monocultura e o avanço de formas de exploração do ambiente.

Embora o presente projeto esteja em fase inicial, observações preliminares, conversas informais, e sobretudo a entrevista mencionada, realizada com minha tia Ana, evidenciam que o ambiente é categoria central de interpretação para os moradores, que demonstram que as percepções ambientais estão inscritas na experiência cotidiana. Em sua fala, a relação com o território aparece como condicionante da vida social, econômica e afetiva. Ao narrar sua infância e juventude, tia Ana marca essa dimensão ao explicar que, mesmo não tendo nascido

no Limitão, “pertencia tudo ao Limitão... só que morava pra cá do rio” (Vicente, 2025), revelando que o rio, a distância e a geografia estruturam modos de pertença e fronteira.

As condições ambientais também organizam práticas de cuidado e sobrevivência: diante da ausência de serviços médicos, ela relata que “tinha que se cuidar com remédio caseiro” e que as vacinas exigiam longos deslocamentos — “pra vacinar... tinha que ir pra cidade ou pra Invernada” (Vicente, 2025). Do mesmo modo, o ambiente moldava o nascimento e o cuidado com o corpo, já que “tinha parteira... as mulheres mais velhas que faziam os partos ... mas a que tinha o dom, não é qualquer uma, né?” (Vicente, 2025), evidenciando sistemas locais de saúde dependentes do conhecimento ancestral e dos recursos disponíveis no ambiente.

A relação com a terra surge como outra categoria ambiental importante. Ela explica que, no passado, a subsistência dependia diretamente do cultivo: “a gente tinha que viver do que plantava” (Vicente, 2025), e que o trabalho com a terra era organizado por formas coletivas tradicionais — “Se iam fazer a roça... iam tudo carpi, era reunião ou puxirão, mutirão... E daí assim iam fazendo as roça” (Vicente, 2025). A mudança recente na dinâmica produtiva, marcada pelo arrendamento dos terrenos, aparece em sua fala como ruptura de um modo de viver: “agora ninguém faz roça... tudo é arrendado” (Vicente, 2025), indicando transformações ambientais e socioeconômicas que afetam as formas de uso da terra, o trabalho e a autonomia comunitária.

Esses trechos evidenciam que, nas narrativas da tia Ana, ambiente não é apenas cenário: é operador de sentido, elemento constitutivo da experiência social e afetiva, fundamento para interpretar mudanças, tensões e pertencimentos na comunidade. Essas percepções, que serão posteriormente exploradas por meio de outras entrevistas de história oral, indicam a relevância de adotar um marco analítico capaz de considerar a dimensão socioambiental como parte constitutiva da memória coletiva.

No caso quilombola, a memória ambiental aparece profundamente vinculada à ancestralidade, à territorialidade e às práticas cotidianas. Trata-se de uma memória expressa nos gestos de plantar, colher, compartilhar, festejar, na qual lembrar é também reinscrever-se na terra e reafirmar pertencimento e identidade. Esses movimentos promovem a incorporação de novas maneiras de viver na cultura dos povos e o seu enraizamento nos respectivos territórios. Tais transformações não apenas refletem a condição existencial humana, mas também geram novos direitos, reconfiguram identidades e ampliam as perspectivas históricas (Funes, 2013, p. 208).

5. Considerações Finais

Em síntese, este projeto pretende contribuir para a compreensão das relações entre memória, ambiente, festividade e identidade quilombola, destacando as festas do Limitão como espaços onde se condensam saberes e significados fundamentais para a continuidade da vida comunitária. Ao reconhecer que as festividades são, simultaneamente, práticas culturais, ambientais, expressões espirituais e momentos de construção narrativa, a pesquisa busca evidenciar a profundidade dos saberes quilombolas e a importância de seus modos de vida. Em um contexto marcado por conflitos territoriais, pressão do agronegócio e apagamentos históricos, este estudo reforça que festejar, para o Limitão, é também resistir: resistir ao esquecimento, às pressões externas, à perda do território e à descontinuidade dos modos de vida. Ao mesmo tempo, festejar é cultivar relações com a terra, com a ancestralidade e com os vínculos comunitários que sustentam a existência quilombola nos Campos Gerais.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. IberoAmericana, ano XI, n. 42, p. 145-160, 2011.

Brasil. Fundação Cultural Palmares. **Dados atualizados sobre comunidades quilombolas certificadas**. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/copy_of___Download_do_PDF_das_Comunidades_certificadas___Certidoes_expedidas___Posicao_14.04.2025.pdf. Acesso em: 07 maio 2025.

Brasil. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Processos de titulação fundiária e títulos emitidos. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processosabertos.pdf>. Acesso em: 07 maio 2025.

Brasil. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 37, de 12 de setembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 22, 12 set. 2005. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/09/2005&jornal=1&pagina=22&totalArquivos=192>. Acesso em: 07 maio 2025.

Centro de Documentação, Informação e Pesquisa em Povos Tradicionais (CPI-SP). Limitão. Disponível em: <https://cpisp.org.br/limitao/>. Acesso em: 07 maio 2025.

CANDAU, Joël. O indivíduo às retóricas holistas. In: **Memória e identidade**: do indivíduo às retóricas holistas. São Paulo: Contexto, 2012.

FUNES, Eurípedes. História Ambiental—possibilidades de novos olhares. **Migrações e natureza**. Editora: Oikos, p. 203-219, 2013.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

NETO, Clemilda Santiago. Prática artesanal, identidade e cultura nas comunidades de remanescentes de quilombos do paraná. **Harpia-Revista de Divulgação Científica e Cultural do Isulpar**, v. 1, n. 6, 2016.

PORTELLI, Alessandro et al. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, v. 14, p.25-39, 1997.

SANTOS, Ant nio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI, 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. [Tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Entrevista:

VICENTE, Anahir. Entrevista (maio de 2025). Entrevistadora: Julia Graciela Machado. Castro, 31 de maio de 2025.